

O SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Jobber Keitel (PPGDR/FACCAT) jobber.keitel@hotmail.com

Carlos Fernando Jung (PPGDR/FACCAT) jung@faccat.br

RESUMO: A educação brasileira tem passado por notáveis transformações. O ensino se redesenha e se reorganiza à medida que políticas públicas são implantadas e que novos fatores se manifestam a partir disso. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo identificar algumas contribuições do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Para tal utilizou-se de duas plataformas de pesquisas, denominadas Scielo e Periódicos da CAPES, na qual foram selecionadas 16 publicações que foram sistematicamente analisadas. Todas as publicações foram feitas no Brasil, já que a política em si traz o nome e as peculiaridades do território brasileiro.

Palavras chave: UAB, Ensino à Distância, Políticas Públicas Educacionais.

BRAZIL'S OPEN UNIVERSITY SYSTEM

ABSTRACT: Brazilian education has gone through remarkable changes. Teaching redesigns and reorganizes itself as public policies are implemented and new factors manifest from this. In this sense, the present work aimed to identify and some contributions of the Open University System of Brazil. For this, we used two research platforms, called Scielo and Periodicals of CAPES, in which 16 publications were selected and systematically analyzed. All publications were made in Brazil, as the policy itself bears the name and peculiarities of the Brazilian territory.

KEY WORDS: UAB, Distance Learning, Educational Public Policies.

1. Introdução

O Brasil se encontra entre as maiores economias, todavia o elevado índice de desigualdade social ainda é enorme. Há vários indicadores que podem mensurar o desenvolvimento de uma nação, a educação é uma delas. A educação no Brasil tem um péssimo desempenho qualitativo, também quantitativo: no que se refere a determinados acessos, isso contribui fortemente para a desigualdade social. Há propostas de políticas públicas educacionais implantadas há poucos anos, que certamente contribuem para uma efetiva melhoria e desenvolvimento, tanto dos professores, quanto da educação de forma geral.

Uma proposta de política pública educacional que contempla diversos polos pelo Brasil é o programa Universidade Aberta Brasil – UAB. Sua proposta é garantir melhorias através de um sistema integrado de Universidades Públicas, oferecendo cursos de graduação, especialização e extensão, tanto para camadas da população que tem difícil acesso à formação universitária, quanto para a formação continuada, sobretudo a de professores da rede pública.

Torna-se imprescindível conhecer tais políticas públicas educacionais e sua relevância em amplitude, haja vista o investimento que lhes é conferido, bem como conhecer as mudanças

que conseguiram implementar ou possam vir a fazê-lo, isso pode ser observado, de forma gradativa, a partir de uma revisão de literatura, ou seja, desde o que tem sido cientificado na academia com início em uma revisão dos principais trabalhos acerca dessa premissa.

É notável que o foco inicial dos polos era voltado à educação, no que concerne a formação de professores, bem como sua formação continuada. Entretanto, outros cursos têm sido oferecidos, até mesmo cursos técnicos, tais cursos têm a finalidade qualificar profissionais em determinadas áreas.

Para compreender as políticas públicas educacionais da UAB é necessário que se considere pormenores das regiões, tais como as transformações econômicas, culturais, políticas e até mesmo as modificações do espaço geográfico da região em si. Dessa forma, é perceptível que reformas no ensino superior necessitem de qualidade estrutural e educativa, isto é, gestão na educação, avaliação do sistema e profissionalização dos atores dentro desse sistema.

Em 2006, no dia 8 de junho foi assinado o Decreto presidencial nº 5.800, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o propósito de acrescentar maiores possibilidades de acesso ao ensino superior, sobretudo no que concerne a educação à distância, já que assim seriam implantados polos em regiões e locais em que o acesso estava bastante restrito, seja por questões geográficas, seja por questões de renda dos prováveis educandos, nessa relação tais discentes fomentariam determinadas carências profissionais da região.

Nesses últimos 15 anos, alguns cenários se desenham no ensino à distância, resultado primário de pesquisas acadêmicas nessa modalidade. Conforme Zuin (2006), o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) é uma política pública bastante diferenciada de outras até o momento, já que ela entrelaça diferentes campos governamentais, isto é, as esferas: Municipal, Estadual e Federal. Isso tudo facilitaria a possibilidade de descentralizar o poder em relação a esta política pública, de valor grandioso à educação.

Segundo Costa (2006), a oferta do ensino superior à distância, é possível por meio da Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 do MEC, já que esta deu permissão às instituições de ensino superior incluir a oferta de disciplinas em modalidade semipresencial na organização dos currículos dos cursos. Às avessas do ensino presencial os cursos de graduação a distância possibilitam a inclusão de cidadãos que são oriundos de regiões afastadas, há também as possibilidades de organização dos horários por parte dos alunos, *grosso modo* o aluno “faz” seu horário, já que ele terá de se programar dentro de suas possibilidades.

2. Procedimentos metodológicos

O artigo em questão trata-se de uma revisão sistematizada a partir de vários autores sobre a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e com os entrelaçamentos com a sua relevância, de forma geral. Os artigos selecionados foram reunidos da seguinte maneira, isto é, foram incluídos a partir dos seguintes critérios: (I) conter a expressão “Universidade Aberta do Brasil” no título; (II) conter a sigla “UAB” no título; (III) ter sido publicado em língua portuguesa ou língua espanhola; (IV) ser artigo científico. Não se estabeleceu nenhuma restrição quanto ao ano das publicações, haja vista as políticas públicas referentes à Universidade Aberta do Brasil serem relativamente novas.

Os critérios para inclusão foram aplicados às seguintes bases de dados: (I) Scielo, (II) Periódicos CAPES. Isso levou ao encontro de 54 artigos: 15 e 39 respectivamente, de acordo com os critérios pré-estabelecidos. Realizou-se então outra triagem, dessa forma boa parte desses

artigos foram descartados, já que não apresentavam conteúdos relevantes ao objetivo dessa pesquisa. Assim restaram 16 artigos para uma análise mais aprofundada e sistematizada.

3. Resultados

A Tabela 1 reúne a síntese das publicações utilizadas na revisão sistematizada de literatura, os artigos estão organizados de forma cronológica.

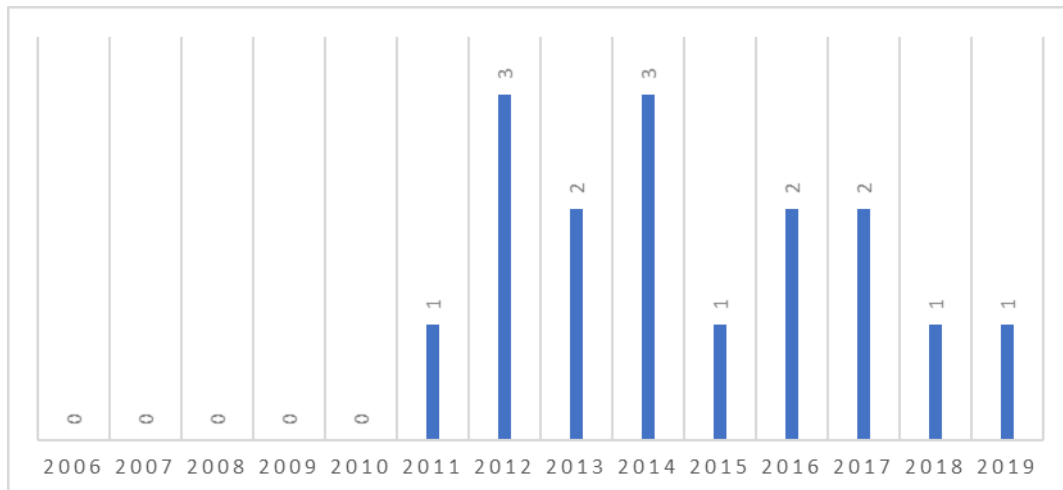
Ano	Autor	País	Área de Publicação
2012	MORÉ et al	Brasil	Educação
2012	COSTA, M.L.F.	Brasil	Educação
2012	SOUSA, A. S. Q.	Brasil	Educação
2013	PADILHA, M. A. S	Brasil	Educação
2013	ABIO, G.	Brasil	Educação
2014	FERRUGINI, L. et al	Brasil	Educação
2014	ORTH, M.; OTTE, J.; RIBEIRO, L.O.M.	Brasil	Educação
2014	PINTO JUNIOR, G. C.; NOGUEIRA, V. M. R.	Brasil	Educação
2015	PACHECO, A. S. V.; NAKAYAMA, M. K.; RISSI, M.	Brasil	Educação
2016	SOUSA, A. S. Q.; MACIEL, C. E.	Brasil	Educação
2016	DILCE, E. V. G. V.; MONICA, P. E.	Brasil	Educação
2017	HERNANDES, P. R.	Brasil	Educação
2017	MARTINS, A. S.; NASCIMENTO, V. F.; SOUSA, F. M.	Brasil	Educação
2018	SILVA, I. P.	Brasil	Educação
2019	PIMENTA, A.M.; ROSSO, D.S.; SOUZA, C.A.L.	Brasil	Educação

Fonte: Autoria Própria (2019)

Tabela 1 – Síntese das publicações no período de 2006 a 2019

A maior parte dos artigos têm sua publicação maior quantificada em 2012 (3), 2014 (3), nos demais anos as quantidades estiveram abaixo desse número. Apenas nesses dois períodos 35,3 % dos trabalhos foram selecionados por sua relevância. Nos anos anteriores a 2011 não houve publicações selecionadas, não por relevância, mas por não ter tido publicações nas bases de dados utilizadas. Em 2011 o tema começa a despertar interesse e continua, já que há trabalho selecionado em 2019.

O gráfico 1 demonstra o número de publicações selecionadas por ano no período compreendido entre 2006 e 2019.



Fonte: Autoria Própria (2019)

Gráfico 1 – Número de Publicações por ano

4. Análise e Discussão

As políticas públicas referentes à Universidade Aberta Brasil visam promover o desenvolvimento através da educação, compensando assim desajustes sociais, com a finalidade de ampliar e efetivar os direitos dos cidadãos, bem como, responder às necessidades dos diversos setores da sociedade como o mercado de trabalho e as organizações que são considerados elementos significativos para o processo de globalização, no alcance da atual política pública, que tem o cunho de incluir a população na dupla condição de igualdade e participação.

Como declara Boisier (2009): Em outras palavras, trata-se exatamente da abertura externa de um modo mais equitativo do que ocorreu no passado, e de outorgar à população um papel mais destacado na definição de opções políticas pertinentes a cada escala territorial. (BOISIER, 1996, p. 118). Por isso, abre-se a necessidade de uma revisão de literatura no que de relevante foi abordado em artigos desde a implantação dessa política em 2006, uma vez que Teixeira (2002) declara que entre as áreas tradicionais do objeto de política pública está a educação, e que se encontra em um campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes.

Além disso, segundo a legislação educacional, deve existir cooperação nas esferas de poder entre Municípios, Estado e União, pela presença de recursos e até mesmo pela relação que existe entre elas, que estão regulamentadas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e em outras leis municipais, estaduais e federais. Dentro dessas perspectivas aqui explanadas sintetizar-se-á as obras escolhidas, de acordo com a relevância para a feitura deste trabalho.

Em estudo que buscou refletir sobre os modelos de estruturação de metadados em repositórios digitais, estudou-se a forma com que o sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) o faz, a relação que se estabelece com demais repositórios é que a UAB está para o micro, isto é, está em pequenas unidades didáticas, dessa forma sendo evidente a criação de mecanismos de uniformização de mecanismos de padronização, para que possa fazer parte

do macro. Isso tudo deve ser feito por iniciativa dos repositórios que podem tornar possível a relação e identificação entre a origem dos objetos e o que permite contextualizá-los, ou seja, vocabulário, curso, autor, disciplina e instituição (RODRIGUES, TAGA, VIEIRA, 2011).

Explorar a Universidade Aberta do Brasil no tocante à formação docente, já que esta passa a ser uma evidente alternativa de expansão e interiorização da educação, sobretudo na formação de professores. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, em seu artigo 80 que foram estabelecidos os parâmetros da Educação a Distância – EaD em todas as instâncias em que é conhecida, dez anos depois surge a política pública em foco nessa revisão. Aponta-se a proporção da política pública, no entanto ela deveria e pode contemplar o mestrado e o doutorado, haja vista tem funcionado como acesso à graduação, todavia o Brasil ainda pena com a falta de acesso à internet, entre outras questões que contribuem para uma educação de qualidade, a UAB tem mostrado flexibilidade e chegado a longínquos espaços, com qualidade no ensino, mas isso tudo é apenas o começo apontam (MORÉ et. al, 2012).

Ao encontro de Moré et al (2012) analisar a história das políticas públicas voltadas para o Ensino Superior a distância e a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é premissa de COSTA (2012), aqui demonstra historicamente as ofertas: criação de programas de forma distinta ao presencial no espaço do sistema UAB. Nessas perspectivas é demonstrado o entrelaçamento entre à Diretoria de Educação a Distância (DED), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), considera-se desde as primeiras manifestações do Ministério da Educação (MEC) o desejo deste de criar, já na década de 70, do século passado alguma instituição que tivesse como fim elaborar uma modalidade distinta do ensino presencial.

Em um viés que abrange velhas discussões políticas SOUSA (2012) aponta que a proposta da Universidade Aberta do Brasil enfatiza a formação de professores, tanto em seu início, quanto em sua continuação. Nessa perspectiva, a investigação se dá através da vertente epistemológica crítico-dialética, ou seja, uma análise dialética em seu bojo, dessa forma a UAB seria parte da expansão da educação associadas ao que o capital exige, isto é, a nível mundial, em que cada vez mais são necessárias titulações, profissionais para dar conta da crescente demanda por educação e ensino. Isso tudo vai ao encontro das regulamentações em que os polos a distância estão inseridos, assim tendo qualidade tal qual os centros presenciais, ou seja, as instituições e seus cursos universitários.

A análise em diferentes perspectivas têm sido um mote às publicações, todavia todas suscitam diferentes vieses, embora com o mesmo tema. Em Padilha (2013) a ideia centralizada é de classificar modelos de graduação a distância em universidades públicas federais, o que fica evidente no trabalho é a dificuldade de criar um modelo, ou de averiguá-lo, já que cada curso, cada região, cada sistema tem sua peculiaridade. O trabalho em si abrange o postulado de que a avaliação é mais formativa do que classificatória, mas fica enfático de que uma revisão sistematizada de todas universidades e os polos UAB não podem ser sintetizados em apenas um estudo, mas pormenorizado em diversos.

A questão da avaliação formativa fica constatada em Abio (2013) ao observar ações em que foram analisadas as avaliações de um curso de Pedagogia Semipresencial no nordeste brasileiro, já que percebeu-se que os alunos foram avaliados utilizando-se do método andragógico, já que os adultos muitos vezes estavam “defasados”, no que diz respeito a questões de determinadas aprendizagens, este caráter teve seu escopo dentro dessa

instituição, algo que não se sabe se é comum a todos os cursos, devido as peculiaridades já ditas anteriormente.

A educação perpassa pela filosofia, pela aprendizagem e chega em algo já mencionado na epistemologia crítica-dialética, porém agora mensurada, ou a tentativa de mensura em Ferrugini (2014) já que buscou-se compreender o impacto no índice de desenvolvimento municipal, já que o sistema UAB seria um importante viés político de inclusão, sobretudo em municípios menores. Partiu-se de pesquisa exploratória-descritiva, em que indicadores socioeconômicos que se relacionam à renda, escolaridade média, entre outros, no município de Santa Rita de Caldas/MG, em seu polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil. Verificou-se que há possíveis benefícios da Educação a Distância, no local, já que quanto maior acesso à educação superior, maior distribuição de renda e desenvolvimento municipal, porém não foi mensurado tal comparação de forma quantitativa, apenas com bases empíricas, de observação.

Nessa perspectiva ainda de avaliar em pequenas partes Orth, Otte e Ribeiro (2014) analisaram, a partir de bibliografia, documentos e estudos de campo, o implantar de um Polo no Instituto Federal Sul-rio-grandense o qual trabalha com a Educação a Distância por meio da Universidade Aberta do Brasil, isto ocorreu tão logo a política pública foi implanta, isto é, em 2006. Foram discutidos os espaços de atuação de atuação dos atores envolvidos na construção e reconstrução de políticas à luz da teoria do ciclo de políticas de Ball (1994). Resultou em que os interesses dos ciclos estão muito presentes, contudo, o espaço adquire um ambiente de conflito, resistência, adaptação no que tange os interesses de um ou outro ciclo, nada diferente do que ocorre em outras esferas em que há políticas públicas.

Em Pinto Junior, Nogueira (2014) discutem as possibilidades de criar um sistema avaliativo que seja significativo quanto as políticas públicas que se referem ao sistema da Universidade Aberta do Brasil. Nesse sentido enfatizam a construção de um possível modelo de avaliação para o processo de implantação desse programa, assim buscam identificar características e dificuldades para o seu desenvolver, todavia apesar do estudo restam apenas sugestões para determinados encaminhamentos para a construção de um método de avaliação para a UAB.

Pacheco, Nakayama e Rissi (2015) adotam o método da Grounded Theory, metodologia esta que se baseia em pesquisa qualitativa, com base nos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss, já que observaram as contribuições do método e sua adaptabilidade ao estudo focado no curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, isto é, em seus atores: gestores, alunos e tutores, o que em geral foram 60 pessoas. Dentro das teorias avaliadas observou-se que o paradigma atuante no curso é o funcionalista, por meio do buscar da efetividade. A teoria empregada se deve a gestão e sua estrutura e a variabilidade de opções que são disponibilizadas aos alunos, isso tudo vai ao encontro da não evasão desses alunos no curso de Administração a Distância, ofertado através da Universidade do Brasil.

Maciel e Sousa (2016) trabalham na perspectiva da evasão no sistema da Universidade Aberta do Brasil. Sobretudo foram utilizados os dados disponíveis no sistema da Universidade Aberta do Brasil (SisUAB) e no observatório da vida do Estudante Universitário (OVEU/UFRN). Nesses sistemas analisou-se o perfil dos estudantes que evadiram da Licenciatura em Física na UAB/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Partiu-se do pressuposto de que compreender a permanência e a evasão determinam-se por vários elementos. Constatou-se que as instâncias competentes necessitam reconhecer e elaborar mecanismos mais objetivos

e eficientes para que a evasão não seja tão alta. Algo que fica evidente é que por vezes falta uma formação continuada por parte dos atores desse sistema.

Dilce e Mônica (2016) apresentam a experiência do Polo Universitário Santo Antônio na formação continuada de professores e acadêmicos, algo que Maciel e Sousa (2016) apontam como sendo um dos indicadores da evasão dos discentes, tal experiência se baseia nos atores: professores e acadêmicos que se apropriaram dos aplicativos Google para inovar, para incluir as tecnologias digitais, quer seja presencialmente ou a distância, já que as demandas da sociedade, onde as informações estão cada vez mais presentes nas nuvens. As demandas da educação urgem disso. As pesquisas abarcaram campo teórico e campo prático, pois deram formação durante quatro meses à professores e os preparam às ferramentas em questão, bem como inspiraram demais atores a fazerem o curso em posterior oferta. Não se mensura em números, no entanto qualitativamente ficou claro que houve avanço substanciais na formação continuada que vai ao encontro das necessidades constante de quem se utiliza da tecnologia como ferramenta de aprendizagem e inclusão.

Hernandes (2017) traz a evolução histórica do Ensino a Distância no Brasil até culminar na Universidade Aberta do Brasil, nestes estudos perpassa pela UAB, como política pública de expansão, o qual busca democratizar o acesso à educação superior em tempos de educação por meio de processos virtuais e chega ao Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O que surge dentro disso tudo aponta é o papel do tutor, este desempenha papel fundamental na mediação, seja de organização, seja na resolução de determinadas demandas oriundas de docentes, discentes, curso, disciplina, isto é, ocupa papel fundamental dentro dessa organização dentro do polo ou curso.

Conhecer a avaliação institucional em polos de educação distância, da Universidade Aberta do Brasil, no estado do Ceará foi o mote para compreender a avaliação institucional, isso ocorreu de maneira exploratória e descritiva, constatou-se que a avaliação praticamente não existe, mas foram elencadas possíveis possibilidades para que de fato isso comece a se desenvolver, conforme (MARTINS, NASCIMENTO, SOUSA, 2017).

Silva (2018) além de dados históricos sobre o sistema da Universidade Aberta do Brasil busca identificar seu legado, porém vai mais à frente, pois a situa frente as atuais conjunturas políticas diante dos dispositivos que regulamentam a EaD no Brasil a partir de 2016, assim faz prospecções acerca de. Dentro de aportes teóricos oriundo das leis criadas a partir de 2016 é verificado que as instituições de ensino superior poderão optar em oferecer somente cursos a distância, ainda poderão criar polos de EaD que serão avaliados no próprio local pelo MEC. Tais possibilidades dão a possibilidade de serem criados polos até em outros países, tudo isso se deve ao legado do bom êxito da Universidade Aberta do Brasil, todavia isso deverá acontecer através da iniciativa privada.

Em Pimenta, Rosso, Souza (2019) verificam os avanços da Universidade Aberta do Brasil no decorrer de sua vigência, para tanto mobilizam-se na busca de documentos para entender o objeto e atingir o objetivo da pesquisa. Verificaram que o cenário institucional é mais complexo do que supunham, já que as ações e relações comunitárias dos cursos a distância do universo da Universidade Aberta do Brasil ocorrem, muitas vezes, de forma marginalizada em relação aos cursos presenciais. Desse modo conclui que os cursos ocorrem em uma institucionalização e inclusão apenas parcial, assim reforçam a tese da teoria de reprodução em suas versões mais atuais.

5. Considerações finais

Este artigo apresentou uma revisão sistemática na qual se faz presente contribuições relativas aos que estudaram o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Nesse sentido, buscou-se trazer a implementação dessa política pública de forma geral, bem como situações pormenorizadas acerca de cada artigo, embora muitos o trouxessem de forma muito parecida, já que são dados coletados das mesmas referências.

Destaca-se que para tal, foram analisados 16 artigos, que já explanado anteriormente obedeceram a critérios específicos para aqui estarem inseridos. Quanto à base de dados salienta-se que o scielo e a Plataforma CAPES foram utilizados, no entanto se recorreu a literatura canônica que versam sobre a temática e que estão listadas nas referências bibliográficas que concluem este artigo.

Assim, evidencia-se que obviamente as discussões dos autores e de acordo com os artigos encontrados, somente no Brasil, já que se trata de uma política pública de âmbito nacional, há políticas parecidas em outros países, mas por ser cada uma peculiar este foi critério também para a escolha dos artigos em questão.

Pode-se afirmar que o número de artigos é bem reduzido, de forma geral o Sistema Universidade Aberta do Brasil é pouco conhecido ou não desperta interesse do meio acadêmico, não se detendo no sistema em si, já que em seu início fomentava apenas a inserção de professores da educação básica ou a continuidade de seus estudos formais. Evidentemente a formação de professores não é algo que suscite grandes debates, ou preocupações do grande público em geral, por inúmeros motivos.

Foi possível destacar também, que apesar de muitos textos darem indícios de que apontariam a relevância da Universidade Aberta do Brasil em determinado lugar, os autores acabaram por concluir que o objeto de pesquisa muitas vezes era demasiado “grande”, o que os leva a crer que mais pesquisas devam ser feitas, porém em escalas menores e mais pormenorizadas.

Referências

ABIO, Gonzalo. Reflexões sobre avaliação formativa em um curso da Universidade Aberta do Brasil. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 76-91, jul. 2013. ISSN 1983-3652. Disponível em:

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/4323>>. Acesso em: 28 jul. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/1983-3652.6.1.76-91>.

BOISIER, S. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa- preta e o projeto político**. Planejamento e Políticas públicas, n. 13, p. 111-143, jun. 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135/137>

COSTA, Celso José. **Modelos de educação superior a distância e a implementação da Universidade Aberta do Brasil**. Revista Brasileira de Informática na Educação. Volume 15, Número 2, Maio a agosto de 2007. P. 9-16.

COSTA, Maria Luisa Furlan. História e políticas públicas para o ensino superior a distância no Brasil: o programa universidade aberta do Brasil em questão. **Revista Histedbr On-line**, [s.l.],

v. 12, n. 45, p.281-295, 9 jun. 2012. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rho.v12i45.8640149>.

DEMO, Pedro. **Nova mídia e educação: incluir na sociedade do conhecimento**. UNB, 2005.

FERRUGINI, Lilian et al. Educação a distância como política de inclusão: um estudo exploratório nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil em Minas Gerais. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.1-21, 29 abr. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n2p1>.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s.l.], v. 25, n. 95, p.283-307, 27 abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500777>.

LEFFA, V. J. **Aprendizagem mediada por computador à luz da Teoria da Atividade**. Calidoscópio, São Leopoldo, v. 3, n. 1, p. 21-30, 2005.

MARTINS, Alexciano de Sousa; NASCIMENTO, Valdriano Ferreira do; SOUSA, Fabiana Martins de. Avaliação Institucional em Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação & Realidade**, [s.l.], v. 43, n. 1, p.239-254, 21 set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623663857>>. Acesso em 22/07/2019

MENDES, Tereza Marte Ribeiro. Curso de inclusão digital no campestre I. 2011. Disponível em: <<http://www.barbacenadigital.com.br/noticias/curso-de-inclusaodigital-no-campestre-i.html>> Acesso em: 13 agosto. 2018.

MORÉ, Rafael Pereira Ocampo et al. Educação a distância e formação docente: o sistema Universidade Aberta do Brasil como forma de ampliar o acesso à educação superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.89-109, 5 jun. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2011v4n2p89>.

ORTH, M.; OTTE, J.; RIBEIRO, L. Políticas Públicas De Educação a distância pela Universidade Aberta do Brasil: A experiência do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. **Roteiro**, v. 39, n. 1, p. 147-170, 19 maio 2014. Disponível em <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/2826>> Acesso em: 28 jul. 2019.

OLIVEIRA, Marta Kohl - **Vygotsky Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**, 1993.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; NAKAYAMA, Marina Keiko; RISSI, Maurício. Evasão e Permanência dos Estudantes de um Curso de Administração a Distância do Sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria multiparadigmática. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 65 - 81, abr. 2015. ISSN 2175-8077. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n41p65>>.

Acesso em: 28 jul. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n41p65>.

PADILHA, Maria Auxiliadora Soares. OS MODELOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL COMO UM DIVISOR DE ÁGUAS. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 2, p. 82-103, dez. 2013. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/344>>. Acesso em: 28 jul. 2019. doi:<https://doi.org/10.17058/rea.v21i2.344>.

PIMENTA, Alexandre Marinho; ROSSO, Sadi dal; SOUSA, Carlos Alberto Lopes de. A reprodução educacional renovada: dualidade intrainstitucional no programa Universidade Aberta do Brasil. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 45, p.1-12, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201945187362>.

PINTO JUNIOR, Glenio do Couto; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [s.l.], v. 19, n. 1, p.227-249, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772014000100011>.

PRETI, Oreste. **Educação à distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

QUINTANILHA SOUZA, A. da S. (2012). Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de formação de professores. *Revista Educação Em Questão*, 42(28). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4055>

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; TAGA, Vitor; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. Repositórios Educacionais: estudos preliminares para a Universidade Aberta do Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 16, n. 3, p.181-207, set. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-99362011000300012>.

SILVA, Ivanderson Pereira da. A Universidade Aberta do Brasil e a nova legislação que trata da educação a distância. **Revista Edapeci**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.37-49, 14 ago. 2018. Revista EDAPECI. <http://dx.doi.org/10.29276/redapeci.2018.18.28053.37-49>.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha; MACIEL, Carina Elisabeth. EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PERMANÊNCIA E EVASÃO EM CURSOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. **Educação em Revista**, [s.l.], v. 32, n. 4, p.175-204, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698161689>.

VALENTE, José Armando. ALMEIDA, Fernando José. **Visão analítica da informática na educação no Brasil: a questão da formação do professor**.

VALENTE, José. O uso inteligente do computador na educação. *Pátio*, ano 1, n.1, p.19-21, Porto Alegre, mai/jul. 1997.

VICENTE, Dilce Eclai de Vargas Gil; EIDELWEIN, Monica Pagel. Novos lugares para aprender: o google nos polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [s.l.], v. 37, n. 1, p.7-22, 30 nov. 2016. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2016v37n1p7>.

ZUIN, Antonio A. S.. Educação a distância ou educação distante?O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 27, n. 96, p.935-954, out. 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/25815>>

_____. Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br>



IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Ponta Grossa, PR, Brasil, 04 a 06 de dezembro de 2019